

FUNDAÇÃO MATUTU
EDUCAÇÃO e CONSERVAÇÃO AMBIENTAL

493/01

Área: 5- Desenvolvimento Econômico E Social

Nº de Inscrição: 493

Nome do Programa: Desenvolvimento Sustentável Na Bacia do Rio Aiuruoca

Cidade: Bacia Hidrográfica do Rio Aiuruoca

Estado: Minas Gerais

Área: 5,4

Órgão Responsável pelo Projeto: Instituto Mineiro de Gestão das Águas / IGAM- M.G.

RESPOSTAS DO FORMULÁRIO DE INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

1- A partir da Reserva Natural Matutu, uma unidade de conservação informal e demonstrativa, irradiar propostas, soluções e experiências pra região:

Capacitar os habitantes para atividades econômicas compatíveis com os recursos hídricos e a biodiversidade.

Viabilizar assentamentos humanos e gestão participativa de baixo impacto ambiental, economia local e solidária

Estabelecer uma diretriz de desenvolvimento para a Bacia do Rio Aiuruoca, tendo a água como referência básica e as microbacias componentes como unidades de planejamento e ação.

2- O planejamento ambiental de microbacias hidrográficas, através de diagnósticos e levantamentos locais e posterior zoneamento econômico e ecológico, leva ao estabelecimento de áreas de conservação, formais ou informais. O uso de microbacias como célula para o planejamento global da bacia hidrográfica é uma abordagem que tem a água como diretriz. Através da qualidade e quantidade de água podemos definir o impacto ambiental em um amplo entorno dos cursos d'água. O estado de conservação da água pode indicar o nível de erosão (destruição do solo), de ausência de biodiversidade (desmatamentos) e até mesmo o nível social e educacional da população local (poluição).

Tendo o Programa estabelecido a Bacia do Rio Aiuruoca como área de atuação e a microbacia do Ribeirão da Água Preta como ponto de partida, suas frentes de atuação são três:

Educacional- formal e informal, apoiando a atividade pedagógica e também o treinamento de adultos em diferentes áreas produtivas como ecoturismo, apicultura e artesanato.

Comunitária- apoio a iniciativas associativistas , cooperativistas e manejos participativos.

Ambiental- proteção a incêndios florestais e treinamento de brigadas; integração com Unidades de Conservação, estudos e levantamentos técnicos; planejamento e manejo de áreas sustentáveis.

3- Sim. O Programa de Desenvolvimento na Bacia do Rio Aiuruoca faz parte do esforço do IGAM em aplicar a Política Nacional dos Recursos Hídricos em Minas Gerais, em especial, a formação dos Comitês de Bacias Hidrográficas, com gerenciamento participativo. A região do Alto Rio Aiuruoca se evidencia por seus ecossistemas de altitude e inúmeras nascentes e suas montanhas fazem parte da Serra da Mantiqueira, cujos mananciais alimentam grandes rios do Sudeste brasileiro como o Grande e o Paraíba. Por sua importância ecológica e o valor estratégico de seus recursos hídricos, sobre a região incide iniciativas governamentais de diferentes esferas. No âmbito federal, foi decretada a Área de Proteção Ambiental (APA) da Mantiqueira, que está destinada a um zoneamento econômico e ecológico e a implantação de um plano diretor, prevendo aspectos desde ocupação de solo até zonas de vida silvestre, tipos de atividade, etc. Outra iniciativa federal é o Parque Nacional do Itatiaia, mais antigo do Brasil, onde a nascente do Rio Aiuruoca brota aos pés do Pico das Agulhas Negras (uma das nascentes mais altas do país).

O estado de Minas Gerais reforça essa rede de Unidades de Conservação criando o Parque Estadual da Serra do Papagaio. Com 240000 hectares, ele contempla as encostas ocidentais do Alto Rio Aiuruoca, destacando assim um importante corredor migratório de espécies que conecta o Parque do Itatiaia ao Pico do Papagaio, do qual a Reserva Natural Matutu é entorno. Embora de menor valor prático, o reconhecimento pela UNESCO, de boa parte do Alto Rio Aiuruoca como Zona Núcleo da Reserva da Biosfera, demonstra a singularidade de seus ecossistemas de altitude.

Esse encadeamento de Unidades de Conservação cria instrumentos legais capazes de disciplinar e fornecer diretrizes de ocupação e uso. Porém, somente com ação local e a mobilização social é possível implantar essas diretrizes. O Programa procura suprir essas necessidades através de suas frentes de atuação.

4- O programa busca sensibilizar e captar para a questão da gestão participativa dos recursos hídricos, a população da bacia hidrográfica do Alto Aiuruoca em geral, formada atualmente por aproximadamente 30.000 habitantes.

Serviço Social Do Comércio- SESC- 1997,
privado

R\$ 6.160 recurso

Serviço Social Do Comércio- SESC- 2.001,
privado

R\$ 24.000 recurso

Total de projetos.....R\$ 108.882

Total Sistema Participativo da comunidade:..... R\$ 6.541 recurso privado
/ 0,50 %

Doações recebidas.....R\$ 19.355 recurso privado

Obs: a dotação orçamentária de algumas instituições financiadoras dos projetos não está a disposição de divulgação por serem informações estratégicas das entidades, por este motivo não é possível percentualizar todos os fundos destinados ao projeto em relação às receitas anuais das fontes de recursos.

6- A população da micro-bacia do Água Preta tem um bom envolvimento com o programa tendo 86 pessoas trabalhando mais diretamente nas atividades. Este trabalho é realizado dentro de uma unidade de conservação transdisciplinar que irradia experiência, conhecimento, projetos de formas de ocupação e produtividade humanas para a bacia hidrográfica do Rio Aiuruoca, através do planejamento ambiental por microbacias, da mobilização social e da educação para uma gestão compartilhada aonde: 11 professores, 30 brigadistas contra incêndio, 2 instrutores de brigadistas, 20 monitores ambientais, 6 apicultores e 4 recepcionistas de visitantes cumprem funções relacionadas com a execução das atividades, coordenados por 5 mulheres e 8 homens nas funções de direção.

7- Como instituição de direito privado, velada pelo Ministério Público, a Fundação Matutu interage, no Programa aqui apresentado, como um elo entre o poder público e a população local. Como poder público estão no Programa o IGAM, como coordenador da gestão participativa das águas, o IBAMA como gerenciador da APA e do Parque Nacional, o IEF como gerenciador do Parque Estadual do Papagaio e capacitador de brigadas de combate a incêndios, o Ministério do Meio Ambiente (PDA), com financiamento para a proteção das florestas. Como sociedade civil organizada estão a AMA Matutu – associação de moradores e amigos locais que horizontaliza informações e partilha questões e soluções para a microbacia do Ribeirão do Água Preta, o Centro

Comunitário de Campo Redondo, zona rural do município de Itamonte, com intercâmbio de experiência em diferentes localidades da Bacia do Rio Aiuruoca, a Fundação Luteterana, com financiamento de programas de vivências na Reserva Natural Matutu e a Fundação SOS Mata Atlântica colaborando com apoio institucional e consultoria jurídica e política ambiental.

8- Como acima citado, o Programa está totalmente fundamentado na participação da comunidade. Essa participação se dá na medida que se criam representação associativista, incremento educacional e possibilidades econômicas. Assim, a Reserva Natural Matutu é uma área de propriedades particulares associadas, sob a proteção, orientação e planejamento ambiental da Fundação Matutu. Através da Associação de Moradores locais, pretende-se ampliar esse manejo participativo da Reserva Matutu a toda microbacia, além de apoiar o desenvolvimento econômico dos moradores pela organização do ecoturismo, o apoio à agricultura e a manutenção de uma cooperativa informal de produtores e consumidores e a recente formação de uma cooperativa de trabalho educacional. A gestão dos recursos hídricos e a mobilização social na Bacia do Rio Aiuruoca culminará na criação do Comitê de Bacia Hidrográfica, com a participação de usuários, empresas e órgãos públicos.

9- O Programa de Desenvolvimento na Bacia do Rio Aiuruoca nasceu de uma série de evidências que confirmaram para os membros da Fundação e posteriormente para o IGAM, a viabilidade de se implantar a gestão das águas e o manejo participativo das áreas de conservação e ocupação humana.

Além de todas as iniciativas governamentais para proteção da região, o fato da microbacia do Matutu, que na língua indígena significa “Cabeceras Sagradas”, ser tão abundante em nascentes, riachos e cachoeiras, contribuíram para seu perfil de projeto inicial e provavelmente piloto na Bacia do Rio Aiuruoca. O estabelecimento da Reserva como Centro de Referência do Movimento Cidadania pelas Águas revelou o caráter irradiador e transdisciplinar da experiência. Da percepção dessas evidências, nasceu o convênio entre IGAM e Fundação Matutu, visando estudos ambientais para a compatibilização do ecoturismo com os recursos hídricos. Pela forma que o processo se sucedeu, seguindo as necessidades e vocação natural do lugar, podemos dizer que não houve, especificamente, inspiração de iniciativas anteriores, mas sim que recebemos influências várias e contribuições de diversas experiências semelhantes, assimilando conceitos contemporâneos como “ecovillage” (assentamentos humanos sustentáveis) e “buffer zones” (zonas tampão no entorno de unidades de conservação).

10. A consolidação da Reserva Natural criou um núcleo inicial onde a Fundação pode experimentar planejamento, estudo e manejo ambiental e demonstrar a transdisciplinaridade numa Unidade de Conservação informal.

A definição da Bacia do Alto Aiuruoca com a área de influência da Fundação e da microbacia do Ribeirão da Água Preta como projeto inicial.

A parceria com o Instituto Mineiro- IGAM se transformou numa mudança fundamental para a aplicação das atividades na área.

A partir de então o programa definiu-se e iniciaram-se os estudos ambientais na microbacia. Tais subsídios foram encaminhados a Associação de Moradores e servem como base para o processo do zoneamento econômico- ecológico que está em andamento.

A atividade eco-turística recebeu um crescimento acentuado nos últimos 5 anos, e acabou tornando-se uma atividade econômica importante. A constante orientação e informação têm contido maiores impactos, enquanto o zoneamento e o plano diretor local estejam em elaboração.

A ocupação humana aumentou.

11. Apesar dos sucessos alcançados na constituição de uma Unidade de Conservação Transdisciplinar, a exiguidade de recursos financeiros leva a adiamentos e a morosidade na consolidação do programa no ribeirão do Água Preta e a sua irradiação para toda a bacia do Alto Aiuuoca

12. No ano de 2.001 será realizado um censo populacional na micro-bacia do Água Preta que permitirá avaliar a situação dos diferentes aspectos da ocupação humana em relação ao uso d'água e saneamento básico, este trabalho será realizado através das escolas com a participação dos alunos. Nesse sentido o Instituto Mineiro de Gestão das Águas/ IGAM e a Fundação Matutu estão captando recursos para aplicar um projeto de saneamento na microbacia que contará com uma fase de diagnóstico da situação atual do uso dos recursos hídricos.

A utilização de fotos de satélite é uma importante referência para o monitoramento hídrico e florestal da situação da microbacia e também para a produção de sequências de mapeamentos da área do programa piloto. Estes levantamentos permitem provar que a região da micro-bacia do Água Preta é uma das poucas que está aumentando a cobertura vegetal e a fauna na Serra da Mantiqueira.

13. A busca e aplicação de soluções participativas e criativas, envolvendo os diversos atores sociais do Água Preta para os variados e complexos problemas ambientais causados pela ocupação humana e pela pressão do turismo desordenado em áreas de conservação ambiental públicas, privadas, formais e informais.

14. O uso de conceitos transdisciplinares onde são associadas atividades educacionais, econômicas, sociais, técnicas, culturais, cooperativistas, espirituais e ecológicas. O conceito transdisciplinar proporciona uma visão mais integradora dos diferentes aspectos que são abrangidos pelo desenvolvimento humano. A falta dessa visão integradora leva a soluções fragmentadas, que sendo paliativas, nunca alcançam de maneira efetiva a causa real dos problemas e desequilíbrios gerados pelos padrões de desenvolvimento atual.

15. Mesmo sem atacar diretamente a questão da pobreza é claro que a concientização da população tradicional de que práticas ambientalmente corretas levam a um retorno econômico tanto ao nível da produção agropecuária como no do turismo rural e eco-turismo. Também a transformação do paradigma sócio-econômico local e tradicional levam a uma inserção efetiva no mundo globalizado e uma conseqüente melhora na qualidade de vida.

16. O exercício efetivo da cidadania se dá pela ampla interação dos diversos atores sociais através de encontros, workshops e seminários em busca de soluções compartilhadas dos problemas ambientais numa abordagem transdisciplinar, ou seja, integrativa dos vários aspectos da realidade humana: econômicos, sociais, culturais, políticos, ambientais e espirituais.

17. É a nossa primeira participação!

18. A falta de avaliações periódicas que permitam ter um diagnóstico claro da evolução do processo, que levará a população em conjunto com as ONG's e as instituições públicas à tomada de decisões eficientes como: planejamento estratégico das ações, orçamentos, captação de recursos através de projetos que visem a sustentabilidade econômica da microbacia do Água Preta.

FUNDAÇÃO MATUTU

EDUCAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL